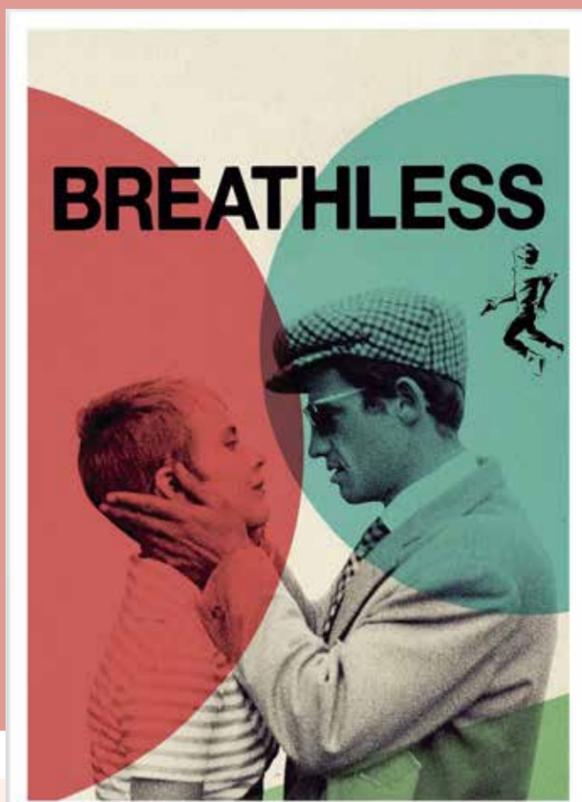




ACOSSADO

Bolsonaro está nu e acossado. Na última semana, a crise política sitiou o presidente da República e o deixou ainda mais refém do nada leal Centrão. Sob a determinação do Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral da República foi obrigada a abrir inquérito para investigar o presidente por prevaricação. Na quarta-feira, políticos das mais diversas cores partidárias e organizações da sociedade civil protocolaram na Câmara um superpedido de impeachment. No Senado, o moral da tropa bolsonarista piora a cada dia com a sucessão de denúncias na CPI da Covid. E é nesse cenário que o mais importante dos atores políticos, o povo, volta à cena neste sábado com a terceira manifestação consecutiva e um único grito: Vacina no Braço, Comida no Prato e Fora Bolsonaro! A AdUFRJ estará lá, no Monumento do Zumbi, com a bandeira e o compromisso dos professores da UFRJ. Participe!

PÁGINAS 2 e 3



■ D'APRÈS JEAN-LUC GODARD

A capa do **JORNAL DA ADUFRJ** desta semana é inspirada em *O Acossado*, obra de 1961 do genial cineasta francês Jean-Luc Godard, e protagonizada pelo estreante Jean-Paul Belmondo. Com título original de *A bout de Souffle*, traduzido para *O Acossado*, o filme leva para as telas um típico anti-herói, um ladrão de carros que, ao longo da narrativa, vê o cerco se fechar contra ele.

EDITORIAL

AOS PROFESSORES E PROFESSORAS,

DIRETORIA

Quarta-feira, 30 de junho, foi um dia histórico, quando se reuniram entidades e partidos dos mais diversos matizes políticos para dar entrada a um grande pedido de impeachment do presidente Bolsonaro, ao mesmo tempo que a CPI da Covid começa a desvendar uma intricada rede de corrupção envolvendo o Ministério da Saúde e o próprio governo na compra de vacinas.

Por tudo que estamos vivendo e enfrentando, em nome de tantas perdas desnecessárias durante a pandemia, por nossos mortos, mas também pelo nosso futuro, sábado estaremos mais uma vez nas ruas. Ainda no início do mês de maio já havíamos identificado que era preciso encontrar uma forma de frear os desmandos do governo federal. Vivíamos sob um triplo ataque (corte de verbas, desrespeito à autonomia e uma reforma administrativa que desfigura o Estado brasileiro), além



de uma criminoso política negacionista e irresponsável de enfrentamento da pandemia. O anúncio de que o orçamento da universidade para 2021 inviabilizaria nossas atividades foi o estopim de uma revolta gestada desde o ano anterior, quando éramos insultados diariamente pelo pior ministro da Educação de todos os tempos. Por isso, estivemos ao lado das entidades estudantis na convocação do ato público na porta do IFCS, no dia 14 de maio, em defesa da uni-

versidade. Ainda com muito receio, pois enfrentamos a mais grave crise sanitária do país, também estivemos nas manifestações do dia 29 de maio e 19 de junho por vacina para todos, pela defesa da vida e pela democracia.

Sábado, 3 de julho, estaremos mais uma vez concentrados a partir das 10 horas no Monumento a Zumbi (na Av. Presidente Vargas) e depois seguiremos juntos com todas as entidades da UFRJ, formando o imenso cordão da Minerva. É uma manifestação também pedagógica: 100% dos participantes estarão de máscaras, com álcool em gel e sempre buscando o distanciamento. Mesmo com todos os cuidados que tomamos, muitos não poderão estar lá. Essa também é uma escolha justa, e ainda mais, necessária. Há mais de um ano aprendemos a nos manifestar nas redes e nas janelas. O nosso convite nesse momento é: escolha o que for possível para você, mas não deixe de dizer ao país que tudo tem limite. Vamos dar forma à nossa indignação, vamos ajudar a escrever com dignidade mais essa página da história brasileira.

GOVERNO VOLTA A EXIGIR PROVA DE VIDA DOS APOSENTADOS

A prova de vida dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal voltou a ser exigida desde quinta-feira, dia 1º. O procedimento estava suspenso desde março de 2020 como medida de proteção contra o contágio pela Covid-19.

Quem não fez a Prova de Vida em 2020 desde o período de suspensão ou em 2021 até 30 de junho deverá comprová-la, conforme o calendário ao lado, na agência bancária onde recebe o pagamento ou acessar o aplicativo SouGov.br para consultar a situação da comprovação de vida, o prazo para fazer e obter as orientações para realizá-la por meio de aplicativo móvel – caso tenha biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Aqueles que não fizeram a comprovação de vida até o fim de julho de 2021 serão notificados, até o dia 10 de agosto, para fazer o procedimento no prazo de 30 dias, contados do recebi-

mento da notificação. O prazo limite para fazer a Prova de Vida é 30 de setembro de 2021 para os aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis que não a fizeram durante o período da suspensão da exigência.

A Prova de Vida deve ser feita uma vez por ano, no mês do aniversário. A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia, orienta que os beneficiários nascidos em agosto ou setembro que não fizeram a comprovação de vida durante o período de suspensão aguardem o início do mês do aniversário para fazê-la. Assim, já atualizam a situação de 2020 e 2021.

ONDE FAZER A PROVA DE VIDA

Os beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social podem comparecer presencialmente ao banco onde recebem o pagamento. Algumas instituições bancárias oferecem alternativas, como Prova de Vida pelo caixa eletrônico ou por aplicativo móvel. O cidadão deve confirmar as opções disponíveis e o horário de

funcionamento junto ao banco.

PROVA DE VIDA PELO CELULAR

Os beneficiários que já têm a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de

Trânsito (Denatran) podem fazer a Prova de Vida Digital, ou seja, por meio do reconhecimento facial. O serviço está disponível no aplicativo Meu gov.br. Já as orientações podem ser acessadas no aplicativo SouGov.br.

CALENDÁRIO*

MÊS DO ANIVERSÁRIO	QUANDO REALIZAR?	ATUALIZA PROVA REFERENTE AO ANO?
Janeiro a Julho	01/07 a 30/09/2021	2020 e 2021
Agosto	01/07 a 31/07/2021	2020
	01/08 a 30/09/2021	2020 e 2021
Setembro	01/07 a 31/08/2021	2020
	01/09 a 30/09/2021	2020 e 2021
Outubro a Dezembro	01/07 a 30/09/2021	2020
	A partir do 1º dia do mês do aniversário	2021

*Para quem não realizou a Prova de Vida de janeiro de 2020 a junho de 2021



AdUFRJ
noRádio
www.radio.ufrj.br

■ **O PROGRAMA AduFRJ NO RÁDIO** desta semana recebe os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, presidente e vice-presidente do sindicato, para debater os efeitos dos atos de rua no momento em que o Planalto está acuado por sucessivos e graves escândalos envolvendo a compra de vacinas. Ir para as ruas, defendem os docentes, é uma forma de pressionar o presidente da Câmara, Arthur Lira, para que ele aceite o pedido de impeachment do presidente Bolsonaro. No Café com Ciência e Arte, a professora Maria Paula Araújo, do Instituto de História, compara as manifestações contra Bolsonaro com as manifestações de 1968 no Brasil. O programa vai ao ar toda sexta-feira, às 10h, com reprise às 15h.

#OrgulhoDeSerUFRJ

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

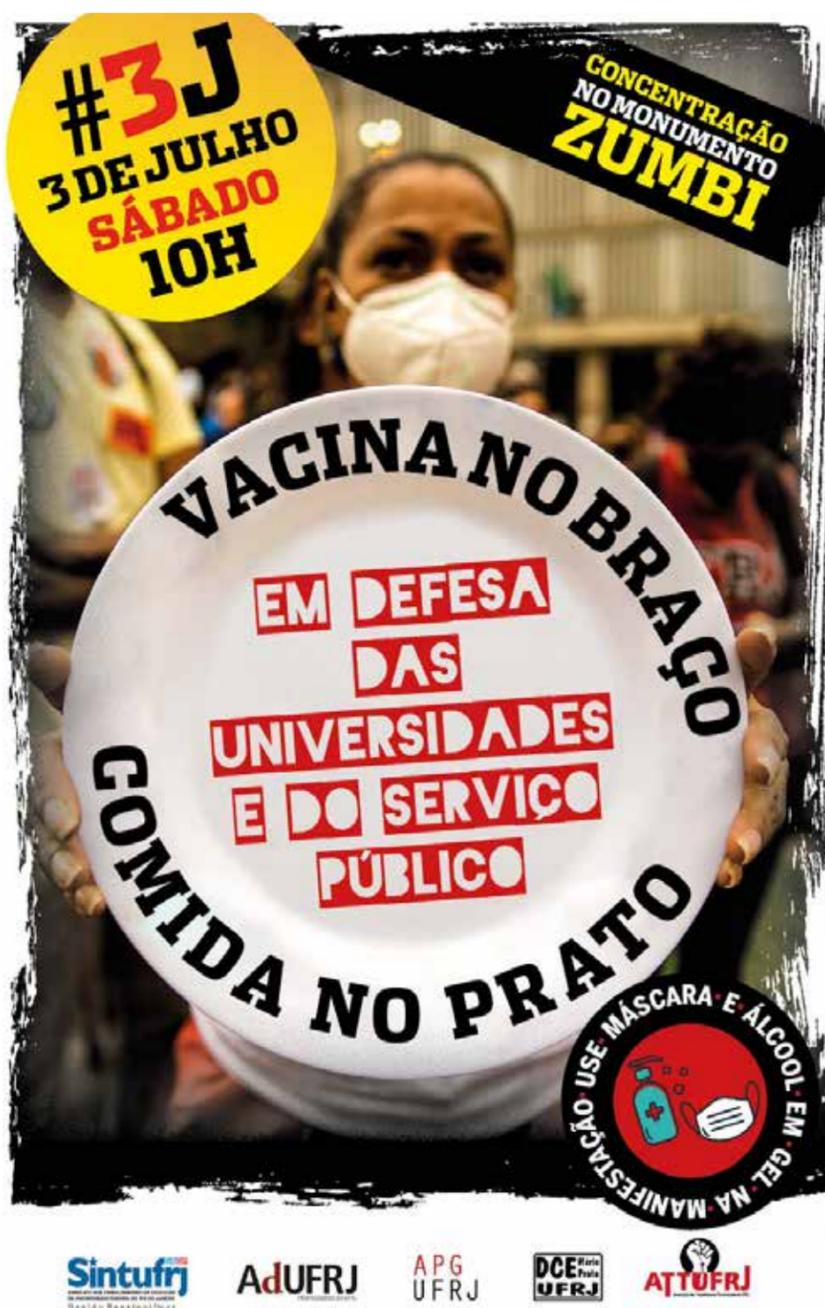
Os que defendem a democracia, a ética e a vida colecionaram nos últimos sete dias mais alguns bons motivos para ir às ruas de todo o país neste sábado (3) e gritar bem alto “fora, Bolsonaro!”. A cronologia de denúncias e acontecimentos mostram que, definitivamente, não foi uma semana edificante para o desgoverno do genocida. O turbilhão começou na sexta-feira passada (25), com o depoimento dos irmãos Miranda à CPI do Senado, levando o escândalo de compra das vacinas para o colo do presidente da República: alertado pelos irmãos, em reunião em 20 de março, sobre suspeitas de irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin, Bolsonaro teria dito que levaria o caso à Polícia Federal e que seria mais um “rolo do Ricardo Barros” (deputado federal pelo PP-PR, líder do governo na Câmara e um dos próceres do Centrão). Mas nada fez. Nesta sexta (2), após ser convidada a trabalhar pela ministra Rosa Weber, do STF, a Procuradoria-Geral da República promoveu a abertura de inquérito para investigar o presidente por prevaricação.

A instauração do inquérito pela PGR foi o ápice de uma semana de fortes emoções. Diante da repercussão do depoimento dos irmãos Luis Miranda (DEM-DF), deputado federal, e Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde — este denunciou ter sofrido pressões de superiores para liberar pagamento antecipado de US\$ 45 milhões por um lote da Covaxin, por meio de uma empresa de paraíso fiscal que sequer constava do contrato —, as entidades do campo progressista que organizam os protestos de rua contra Bolsonaro decidiram antecipar de 24 para 3 de julho os próximos atos em todo o Brasil. “Acho que foi acertada a antecipação. Essas denúncias não podem passar em branco, o governo talvez esteja no seu momento de maior fragilidade, e temos que explorar esse momento. É hora de todo mundo ir pra rua para pôr um fim a esse governo”, avaliou o professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ.

Contribuiu muito para a decisão de antecipar os protestos a notícia-crime protocolada no Supremo Tribunal Federal pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Jorge Kajuru (Podemos-GO), na última segunda-feira (28). Os parlamentares sustentam que Bolsonaro — que, até o fechamento desta edição, não havia desmentido os irmãos Miranda — cometeu crime de prevaricação ao não determinar a abertura de investigação sobre a compra da Covaxin após ser alertado. “São novas revelações a cada dia, as coisas vão ficando mais explícitas. Com isso também cresce a indignação, a revolta, e as pessoas podem se sentir mais encorajadas a ir às ruas protestar. Esse governo está se desmanchando em todas as suas mentiras, e precisamos que essa mobilização popular cresça cada vez mais”, defendeu a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ.

PIOR A EMENDA QUE O SONETO

Diante da mais séria denúncia de corrupção contra seu governo, e que a partir de então vem guiando os passos da investigação da CPI, Bolsonaro acusou o golpe. Além de ficar em silêncio, o presidente designou o ministro da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni, para tentar, em coletiva, desqualificar e coagir o servidor Luis Ricardo Miranda, peça-chave na denúncia. Onyx disse que o servidor mostrara um



O CERCOS E FECHA



documento fraudado — o que logo a CPI tratou de desmentir — e que o denunciante seria alvo de investigação. Na CPI, Onyx foi duramente criticado por coação a uma testemunha.

Como desqualificar o servidor não deu certo, o Planalto montou uma segunda versão: a de que Bolsonaro passara a denúncia dos irmãos Miranda ao então ministro Eduardo Pazuello no dia 22 de março, e que este, por sua vez, designara o então secretário-executivo Élcio Franco para apurar. Tudo isso nos últimos momentos de Pazuello à frente do ministério — ele foi exonerado em 23 de março, dando lugar a Marcelo Queiroga. Segundo o Planalto, em poucos dias, o zeloso coronel Élcio Franco não desco-

brira nada de anormal e a denúncia teria sido descartada. Como se varresse o problema para baixo do tapete, o Ministério da Saúde suspendeu esta semana, três meses após a denúncia, o contrato para a compra da Covaxin.

SILÊNCIO E ESPELHO

Entre os depoimentos desta semana na CPI, causou constrangimento e indignação o silêncio ensurdecedor do empresário bolsonarista Carlos Wizard diante de um vídeo em que ele ria de pessoas que morreram de covid-19, na quarta-feira (30). Na quinta, em história rocambolesca, o PM bolsonarista e aprendiz de caixeiro-viajante Luiz Paulo Domingueti, foi chamado a depor na CPI por ter

afirmado à Folha de S.Paulo ter recebido do ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias, pedido de propina de US\$ 1 por dose de vacina para fechar contrato. O momento mais tenso foi quando ele sacou um áudio do celular com uma suposta negociação por vacinas feita pelo deputado Luis Miranda. O áudio, na verdade, tratava da compra de luvas, estava editado e levantou suspeitas de que fosse “plantado” na CPI para desqualificar Miranda. O celular de Domingueti foi apreendido.

Bolsonaro rompeu o silêncio em viagem a Mato Grosso do Sul, na quarta-feira, onde afirmou a apoiadores: “Não vai ser com mentiras ou com CPI, integrada por sete bandidos, que vão nos tirar daqui”. Ao tomar conhecimento, durante a sessão, da declaração de Bolsonaro, o presidente do colegiado, senador Omar Aziz (PSD-AM), rebateu: “Presidente, pare de olhar no espelho e falar com ele. Quando a gente fala com o espelho, dá nisso”.

Certamente colaborou para mais uma explosão de Bolsonaro o ato em Brasília, na mesma quarta-feira, de entrega de um superpedido de impeachment, que reuniu até mesmo ex-aliados do presidente, como os deputados federais Joice Hasselmann (PSL-SP), Kim Kataguiri (DEM-SP) e Alexandre Frota (PSDB-SP). Com 46 assinaturas e 271 páginas, o pedido foi protocolado na Câmara. O texto foi elaborado pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), atribui a Bolsonaro 23 crimes de responsabilidade e congrega mais de 120 pedidos já protocolados na Câmara desde o início da gestão do genocida. O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição na Câmara, espera que pressão popular impulse o movimento: “As últimas denúncias de corrupção na compra de vacinas trazem mais força ainda ao pedido”, afirmou.

Para que um processo de impeachment seja aberto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do governo, precisa aceitá-lo. E ele já firmou que, para isso, é preciso “disposição política”. Seria louvável se Lira seguisse o exemplo da ministra Rosa Weber, do STF, que não guardou na gaveta uma resposta da PGR à sua consulta sobre a notícia-crime por prevaricação apresentada pelos três senadores contra o presidente Bolsonaro. Rosa não aceitou a alegação da PGR de que seria melhor aguardar a conclusão da CPI para só então avaliar o pedido e passou um “pito” nos senhores procuradores. Ao devolver a resposta da PGR, a ministra afirmou que o órgão “desincumbiu-se de seu papel constitucional”: “O exercício do poder público, repito, é condicionado. E no desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República”, escreveu Rosa. Se alguém aí pensou em Augusto Aras, acertou.

Nesta sexta, além do inquérito contra Bolsonaro por prevaricação finalmente aberto pela PGR — quem assina o documento é o vice-procurador-geral Humberto Jaques de Medeiros —, o governo sofreu mais um revés. A Procuradoria da República do Distrito Federal (PR-DF) abriu uma ação por improbidade administrativa contra o ex-ministro Eduardo Pazuello, que agora despacha em uma sala do Palácio do Planalto. A ação elenca irregularidades como omissão na compra de vacinas e adoção ilegal do chamado tratamento precoce com medicamentos sem comprovação científica contra a covid-19, como a cloroquina. O processo aponta prejuízo de pelo menos R\$ 122 milhões e diz que Pazuello agiu de forma dolosa.

Talvez a “disposição política” a que Lira se referiu esteja mais próxima do que ele imagina.



VACINA COMEÇA A CHEGAR NO BRAÇO

COMIDA NÃO CHEGA NO PRATO

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A vacina já começou a chegar nos braços dos brasileiros, mas os pratos de milhões de pessoas ainda estão vazios. Estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP mostra que o Brasil terá este ano 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza. Em 2019, eram 51,9 milhões e 13,9 milhões, respectivamente. Na prática, esse brutal aumento significa fome e falta de moradia.

Na semana passada, 150 famílias ligadas ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) ocuparam um prédio do governo do Estado do Rio. A ocupação foi duramente reprimida pela Polícia Militar e, depois de uma negociação entre representantes do MLB e a Secretaria Estadual de Obras, o prédio foi desocupado sob a promessa das autoridades de encontrar um teto para cada uma das famílias. São mulheres, homens e crianças que traduzem o sintoma de um país que testemunha a pobreza aumen-

tar, especialmente depois da pandemia.

Segundo Paula Guedes, coordenadora do MLB no Rio, a ocupação estava programada desde março do ano passado, mas a pandemia adiou os planos. No final de junho, no entanto, a situação econômica dramática da população tornou a ocupação necessária, mesmo diante dos riscos. “Fazer uma ocupação durante a pandemia é arriscado, mas as condições em que a maior parte dessas famílias vive é muito pior. Viver em uma ocupação seria mais seguro”, explicou Paula. Ela garantiu que durante todo o período da ocupação foram tomadas medidas de segurança, com o uso de máscara e a distribuição de itens de higiene.

Nos últimos meses, Paula tem visto de perto o aumento da pobreza. “Muitas pessoas perderam o emprego. Trabalhadores informais estão sem trabalho. E todos assistindo ao custo de vida aumentar”, contou. “O ‘Minha casa, Minha Vida’ foi extinto, e o programa que o substituiu exclui famílias que ganham de zero a três salários-mínimos, justamente as mais pobres”, explicou. Para a militante, a ocupação também é uma maneira de pressionar o poder público. “A solução ideal para o problema da moradia é através de programas públicos que garantam não só o teto, mas o acesso ao trabalho, aos estudos, ao lazer. A forma de conseguir

isso é através de programas públicos”, defendeu.

REFLEXÃO

“A pobreza e extrema pobreza seguem afetadas pelo elevado desemprego. A pandemia apenas agrava esse quadro, com a redução principalmente do emprego informal, que absorve proporcionalmente mais os mais pobres”, explicou a professora Celia Lessa Kerstenetzky, do Instituto de Economia da UFRJ. Para ela, o crescimento do Produto Interno Bruto no último trimestre — que pôs o PIB brasileiro no patamar de antes da pandemia — não atingiu os mais pobres por ter sido alavancado pelo setor agroexportador, que emprega pouco. E o cenário pode piorar, mesmo se o Brasil entrar em um ciclo de crescimento econômico. “Podemos estar em um cenário de crescimento com aumento de desigualdade, e até aumento da pobreza, se o crescimento não gerar empregos, especialmente empregos de qualidade”, avaliou a professora.

“O que estamos observando é uma recuperação econômica mentirosa. Esse resultado é desconectado de qualquer melhoria em termo de emprego e redução de renda das pessoas. Significa puramente um aumento do lucro dos exportadores”, classificou o economista Daniel Negreiros Conceição, professor do IPPUR-UFRJ.

Para ele, o cenário pode ser mais grave do que o imaginado, uma vez que a queda do PIB no ano passado só não foi pior graças ao auxílio emergencial. E uma política de corte de gastos, como a do ministro da Economia, Paulo Guedes, pode colocar o Brasil em um ciclo de recessão.

Para Daniel, o desemprego será fator importante na crise que se avizinha. o professor diz que há um divórcio entre o desemprego oficial — são 14,8 milhões de desempregados, segundo o IBGE — e essa massa de trabalhadores precarizados ou em desalento (os que não procuram mais por trabalho). “Quando essas pessoas forem para o mercado, seja porque o auxílio emergencial foi extinto ou por desespero, vamos ter uma explosão assustadora”, previu.

O compromisso do governo com a austeridade é, segundo Daniel, um entrave à retomada da economia. “A única forma de evitar isso é se o governo conseguir estancar a pandemia dando um estímulo para que se encerre esse ciclo depressivo iniciado com a ela”, propôs o professor. A pandemia pôs em recessão uma economia que já vinha “capenga”, e o Brasil entrou em um ciclo recessivo. “Para sair disso é preciso dar um estímulo. E um governo que está comprometido com ajuste fiscal a todo custo vai na contramão do que deve ser feito”, defendeu.

DIVULGAÇÃO MLB



DIVULGAÇÃO MTST



ADUFRJ APOIA A COZINHA SOLIDÁRIA. PROJETO AJUDA A REDUZIR A FOME

“Está havendo uma piora muito grande das condições de vida das famílias que participam do MLB. A quantidade de famílias que está à beira de ir para a rua aumentou muito”, contou Paula Guedes, coordenadora do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) no Rio. Desde março do ano passado, o MLB tem procurado ajudar famílias em situação de maior vulnerabilidade, através de redes de solidariedade.

As redes recolhem doações em dinheiro ou alimentos, e distribuem para as famílias assistidas. “O número flutua mês a mês, mas nunca atendemos menos de 60 famílias. Varia de acordo com o quanto arrecadamos. Chegamos a atender 200 famílias em um mês”, relatou. As redes do MLB do Rio atuam na capital, em Macaé, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo. “A divulgação dessas redes de solidariedade é importante. A situação das famílias é grave, e muitas contavam com um auxílio emergencial que não veio em 2021”.

COZINHA SOLIDÁRIA

Outra iniciativa que tenta mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia são as cozinhas solidárias do MTST. Uma delas funciona em São Gonçalo. O projeto já existia nas ocupações do MTST, com algumas experiências pontuais. A cozinha de São Gonçalo funciona desde 2017 e, em março deste ano, ela foi reformulada como uma cozinha solidária. “Começamos a fazer cozinhas solidárias em 2020, oferecendo pelo menos uma refeição por dia, cinco dias na semana”, explicou

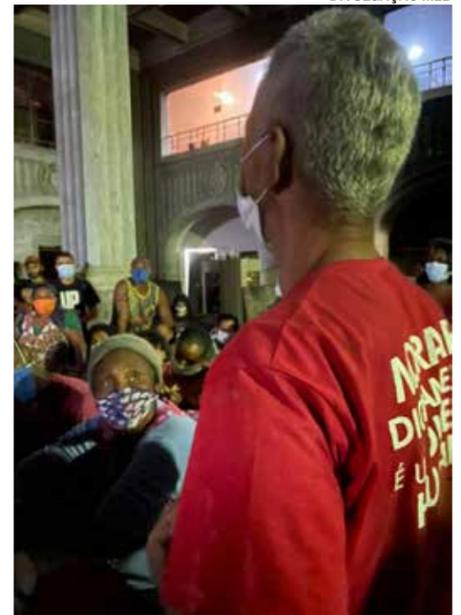


Eles também precisam de mão de obra, e é nossa intenção mobilizar a nossa categoria, quando a pandemia estiver melhor. Acho que muita gente vai se interessar em participar”

JOSUÉ MEDEIROS

Diretor da AdUFRJ

DIVULGAÇÃO MLB



Daniilo Pereira, coordenador do MTST no Rio de Janeiro. “Tentamos fazer deste trabalho de combate à fome uma linha de atuação política do MTST”.

A cozinha serve entre 300 e 350 almoços por dia, de segunda a sexta. “Quando começa a pandemia, e o auxílio emergencial ainda não existia, a demanda por refeições dobrou”, contou Daniilo. O objetivo agora é fazer a cozinha crescer. “O principal desafio é consolidar uma rede de abastecimento segura e estável para as cozinhas”, explicou o coordenador. O próximo passo é a inauguração de uma cozinha solidária na Lapa, construída e mantida em parceria com o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA).

A cozinha funciona com doações e trabalho voluntário — a AdUFRJ fez uma doação para a iniciativa em março. Nas duas últimas assembleias da AdUFRJ, os professores aprovaram doações para o movimento e no último encontro foi aprovado por unanimidade que a proposta seja abraçada também pelo Andes. Para o diretor da AdUFRJ, Josué Medeiros, a doação deveria ser acompanhada do trabalho voluntário dos professores na cozinha. “Eles também precisam de mão de obra, e é nossa intenção mobilizar a nossa categoria, quando a pandemia estiver melhor. Acho que muita gente vai se interessar em participar”, contou. Na opinião de Josué, o trabalho voluntário dos professores aprofunda a ajuda à iniciativa. “É um jeito de criar uma dinâmica militante. O sindicato tem um papel de representação, mas pode ter também um papel mobilizador”.

‘Marco temporal’ é ameaça à soberania de terras indígenas

> Dispositivo faz parte de projeto de lei que já passou na CCJ e irá ao plenário da Câmara. Tema é objeto de ação no STF que pode criar jurisprudência para todos os casos, mas julgamento é adiado

KIM QUEIROZ

comunica@adufrrj.org.br

Mais de 500 anos de luta ameaçados por uma decisão. O projeto de lei 490/2007, aprovado

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, incita um retrocesso aos tempos de colônia na política indigenista brasileira. Desde a chegada dos europeus à América, os povos indígenas resistem às constantes tentativas de apropriação das terras que tradicionalmente ocupam. O direito desses povos à terra foi reafirmado no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, momento marcado pelo ato do líder indígena Ailton Krenak, que pintou seu rosto com a tinta preta do jenipapo enquanto discursava no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Agora, o possível encaminhamento do PL 490 põe em risco os já escassos direitos territoriais então conquistados pelos povos originários do país.

“O PL 490 responde apenas a interesses imediatos, daqueles que se consideram prejudicados pela demarcação das terras indígenas e querem a todo preço modificar essas normas”, comenta João Pacheco, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. A proposta foi apresentada em 2007 no Congresso, e recusada na época pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Retomado pela CCJ, o projeto foi aprovado por 40 votos contra 21, no último dia 23. Na ocasião, o presidente da Câmara, Arthur Lira, atrasou em três horas o início da sessão no plenário para que a discussão na Comissão não fosse suspensa. “Isso transparece a pressa com que está sendo encaminhado todo esse processo, que reflete os interesses do agronegócio”, destaca João.

Segundo ele, o projeto propicia que empresas privadas, como mineradoras, possam fazer acordos para usufruir dessas terras indígenas. “Esses espaços estarão ainda mais fragilizados perante aqueles que são totalmente contrários aos interesses indígenas”, aponta. Mesmo as terras indígenas já demarcadas são alvos recorrentes de invasões, a exemplo do território Yanomami entre os estados do Amazonas e de Roraima, onde se estima a presença de



INDÍGENAS acompanharam sessão do STF do lado de fora da Suprema Corte: mobilização em defesa dos direitos dos povos originários

mais de 20 mil garimpeiros. “A terra é uma parte fundamental para assegurar a vida social e cultural dos povos indígenas, mas ela exige também ações de proteção dessas áreas, para impedir a invasão por parte de pessoas em busca de recursos”, completa o professor. O PL modificaria tanto os processos de reconhecimento e demarcação, quanto a forma do usufruto e da gestão dessas terras. No entanto, as populações que podem ser diretamente impactadas pela lei ainda não foram ouvidas pelas comissões.

“Esse projeto faz parte de um conjunto imenso de proposições, que busca revisar e reduzir as garantias adquiridas pelos povos indígenas no que diz respeito ao direito à terra”, explica Oiara Bonilla, professora de Antropologia e Etnologia Indígena da UFF. Ela ressalta que o PL, que contém mais de onze propostas apensadas, propõem modificar uma cláusula pétrea através da votação de uma lei ordinária no Congresso. “O interesse é modificar o artigo 231 sob o pretexto de regulamentá-lo. É um ato inconstitucional, que se utiliza de uma ficção jurídica da bancada ruralista, o marco temporal”, diz.

PRESENÇA IMEMORIAL

O conceito de “marco temporal” surgiu no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) do caso Raposa Serra do Sol, terra indígena localizada ao norte de Roraima entre os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã. “O marco temporal defende que as populações indígenas só teriam direito às terras

que reivindicam se já estivessem nessa terra no dia da promulgação da Constituição. Ou seja, elas têm que provar que já ocupavam essa terra, ou batalhavam judicialmente por ela, em 5 de outubro de 1988”, conta Oiara.

Além da presença imemorial dos povos indígenas no território brasileiro, muito anterior ao Estado, há diversas contradições no argumento do marco temporal. “Se você decreta que uma terra é indígena só pela ocupação dela no momento da promulgação da Constituição, você exclui populações que foram deslocadas ou invisibilizadas historicamente”, lembra a antropóloga. Isso afetaria também todos os povos que não têm registros da sua presença no território em 1988, ou da luta travada naquela época. “Antes de 1988, os povos indígenas estavam sob tutela, então não podiam processar o Estado. E eram populações muito silenciadas, o que torna muito difícil encontrar provas materiais desses conflitos. Exigir essas provas agora é algo muito perverso”, critica.

Em 2013, a maioria dos ministros do STF apontou que a tese do marco temporal não deveria ser aplicada automaticamente em outros casos. Apesar disso, no governo Temer, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu o Parecer 001/2017, vinculando a decisão como válida para todos os outros casos. O Ministério Público Federal (MPF) estima que 27 processos de demarcação estão parados desde então. Contudo, em maio deste ano, o ministro Edson Fachin deferiu uma medida cautelar, que suspendeu os efeitos do Parecer de

2017. A medida cautelar é um procedimento usado pelo Judiciário para prevenir, conservar ou defender direitos.

Outro ponto que o Projeto de Lei contém é a flexibilização da política indigenista com relação aos povos isolados, ou de recente contato. “O Brasil é um exemplo na política de não contato, que foi sendo construída ao longo dos últimos 30 anos. É uma política que procura proteger as populações isoladas sem estabelecer contato com elas”, afirma Oiara. Ela ressalta o acúmulo de experiências obtido ao longo dos anos até se chegar à realização dessa política como ela é feita hoje. “Esse PL propõe modificar isso, dando direito ao Estado de contatar essas populações por motivos de saúde pública, para implementação de políticas públicas”.

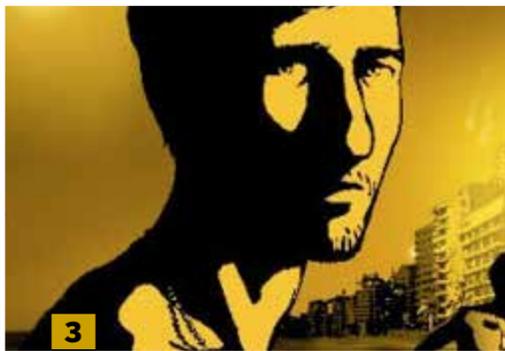
AÇÃO NO STF

Os povos indígenas agora aguardam pela votação no Supremo do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que discute a reintegração de posse obtida pelo governo de Santa Catarina, que quer expulsar o povo Xokleng de uma área reivindicada pelo estado. Em 2019, o STF reconheceu por unanimidade a repercussão geral do julgamento, o que significa que a decisão que for tomada servirá como referência para todos os casos envolvendo terras indígenas no Brasil. Dessa forma, a Suprema Corte poderá garantir uma solução judicial comum para os conflitos em torno das demarcações. O ministro Fachin, que é relator do processo de repercussão geral, suspendeu até o final da pandemia de covid-19

todos processos judiciais que poderiam resultar em despejos ou na anulação de demarcações de terras indígenas.

Marcado para o dia 30 de junho, o julgamento do RE 1.017.365 precisou ser adiado. “Outros processos tiveram prioridade na sessão, mas o presidente do STF, ministro Luiz Fux, disse que este processo de repercussão geral retornará à pauta em agosto”, informou Luiz Eloy Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em vídeo pelo Instagram. O advogado indígena é um dos autores da carta “Levante Pela Terra”, entregue pela APIB no dia 22 de junho ao ministro Luiz Fux, que aponta a inconstitucionalidade do PL 490. “Seguimos juntos na mobilização contra o marco temporal, reafirmando o direito originário dos povos indígenas aos seus territórios tradicionais”, declarou Eloy Terena.

No momento, o PL 490 aguarda votação no plenário da Câmara, que também deve ocorrer em agosto, após o recesso do Congresso Nacional. Enquanto isso, a luta é protagonizada por indígenas dentro e fora do parlamento. Joenia Wapichana (Rede-RR), primeira deputada federal indígena no Brasil, é a principal representante dos povos originários na política. Simultaneamente, indígenas de diferentes povos realizam manifestações diárias em frente ao Congresso e em todo o país. No dia 22, véspera da aprovação do PL pela CCJ, a Polícia Militar de Brasília reprimiu violentamente um dos atos, deixando mais de dez feridos.



CINEDEBATE | QUESTÃO PALESTINA

O CONTEXTO DOS ATAQUES E AS RAÍZES DOS PROBLEMAS

CINEDEBATE
"QUESTÃO PALESTINA" 30/06/21 18H30

DEBATEDORES **FILMES**

Michel Gherman
Prof do Depto. de Sociologia
NIEJ do Instituto de História/UFRJ

Ualid Rabah
Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil

REALIZAÇÃO AdUFRJ gem cineAdUFRJ bit.ly/2DM0A5u @cineAdUFRJ https://bit.ly/2Ephkwp

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A mais recente escalada de violência entre Israel e o Hamas, em função dos despejos de famílias palestinas de Sheikh Jarrah — bairro fora dos muros da Cidade Velha de Jerusalém —, mobilizou o cineclube mensal organizado pelo Grupo de Educação Multimídia da UFRJ e pela AdUFRJ, na quarta-feira (30). O encontro reuniu o coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ, Michel Gherman, e o presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil, Ualid Rabah, para diferentes visões sobre o conflito que se arrasta por décadas. Cultura e território foram os aspectos mais valorizados.

“Até os anos de 1960, o conceito de resistência esteve exclusivamente associado à questão armada. Mas depois ela vai encontrar um sentido mais amplo. O simples ato de educar um filho, dentro de um contexto como o do Gueto de Varsóvia, pode ser considerado um ato de resistência”, observa Gherman. Nesse sentido, afirma ele, o cinema cumpre um papel importante para a formação de memória e como “alternativa às bolhas narcísicas criadas pelas redes sociais”. “Quando você vê uma cena como as de Suleiman, em que um tanque acompanha um palestino que está tirando o lixo de casa, você entende o que é a ocupação.

Israel é isso”, avalia o professor.

Historiador por formação, Gherman enfatiza os riscos do negacionismo contemporâneo, especialmente, para as universidades. E rejeita comparações entre o conflito em torno de Israel hoje com o nazismo, expresso em classificações como “holocausto palestino”. Para o docente do IFCS, “a solução para a questão palestina passa pelo reconhecimento, ressarcimento e reparação, assim como na África do Sul”.

Sob a perspectiva árabe, Ualid Rabah retoma a base socioeconômica da disputa. “Se há refugiados é porque havia antes um lugar onde essas pessoas estavam, e que não existe mais”, frisa ele, em relação às progressivas anexações de áreas palestinas por Israel, desde a década de 1940. “Estamos falando de território e propriedades, estamos falando de todo um PIB palestino”, acrescenta.

A liderança deu sua contribuição ao cineclube por meio de um vídeo gravado, em função de compromissos familiares. Nele, Rabah analisa a estética cinematográfica que — em sua visão — ainda retrata a resistência palestina de forma estigmatizada. “Finalmente, quando é civilizado matar? Contanto que seja com por um exército bem arrumado?”, questiona.

A universidade também não foi poupada da crítica pelo racismo. “Talvez a academia, que tanto gosta do Edward Said, não tenha entendido o sentido de orientalismo quando deprecia um [Yasser] Arafat, narigudo, de turbante, guerrilheiro, de nome árabe”, alfinetou.



“Estamos falando de território e propriedades, estamos falando de todo um PIB palestino”

UALID RABAH,
Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil



“A solução para a questão palestina passa pelo reconhecimento, ressarcimento e reparação, assim como na África do Sul”

MICHEL GHERMAN,
Historiador, professor e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ

A FIXAÇÃO COM ISRAEL

Durante o debate, a professora do Instituto de Psicologia da UFRJ Cristal Oliveira de Aragão quis saber sobre a relação entre a ultradireita brasileira e o estado de Israel. A curiosidade partiu da recorrente presença de bandeiras em manifestações de rua com pautas conservadoras.

Segundo o coordenador do Núcleo de Estudos Judaicos, a referência corresponde “mais a uma Israel imaginária do que atual”. Gherman destacou quatro pontos de atração de um setor do neopentecostalismo por Israel. Um deles diz respeito a uma afinidade com o Reinado de Salomão, “quando a relação de Deus com o cotidiano era direta, sem mediações”, explica. Outra vertente encontra afinidade com o modelo econômico ultraliberal. Um terceiro grupo se espelha no belicismo. E por fim há ainda grupos que atribuem a Israel — contraditoriamente — uma supremacia branca.

PALESTINA E BRASIL

O Estado da Palestina é reconhecido por 138 dos 193 membros da ONU — Israel, por 164. O reconhecimento brasileiro aconteceu em 2010, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Argentina fez o mesmo dias depois. Os dois países foram os primeiros ocidentais no gesto. Até então, o Estado palestino havia sido reconhecido por cerca de 100 países da Ásia e da África.

PARA ASSISTIR E REFLETIR

Os quatro filmes que serviram de pano de fundo para a edição “Questão palestina” do cineclube foram:

1. “NOITE E NEVOEIRO”
(Alain Resnais, 1956),

2. “PARADISE NOW”
(Any-Abu Assad, 2006),

3. “VALSA COM BASHIR”
(Ari Folman, 2008),

4. “O QUE RESTA DO TEMPO”
(Elia Suleiman, 2010).

PARA BAIXAR OS FILMES, ACESSE:
<https://bit.ly/35fUTnj>

ASSISTA À RESENHA:
<https://youtu.be/n7-07ltwMI>

“Ninguém acreditava, mas eu conheço outra Minerva”

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A afirmação do título é de Margarida Thereza Nunes da Cunha Menezes, 96 anos, patrimônio vivo da Educação Física e da UFRJ. A professora emérita ingressou na instituição — ainda com o nome de Universidade do Brasil — como aluna, em 1943. E só saiu em 1994 por aposentadoria compulsória, aos 70 anos.

A Minerva a que se refere é o símbolo da UFRJ. A imagem da deusa grega da sabedoria está presente nos canais de comunicação da universidade, nos documentos timbrados e na parede da sala dos Colegiados Superiores. Em todos os espaços, aparece de perfil. Mas nem sempre foi assim, como ensina a professora Margarida.

Em 12 de junho de 1957, a reitoria organizou uma solenidade de recepção ao então presidente de Portugal, Craveiro Lopes, que visitava o país. Medalhas comemorativas foram confeccionadas em bronze e entregues a todos que participaram do evento. Margarida enviou fotos do mimo recebido à reportagem: de um lado, os brasões das repúblicas, os rostos de Rui Barbosa e Camões, a data e a ocasião; do outro, uma imponente Minerva, olhando para a frente.

Margarida não esteve na recepção. Ganhou a medalha depois. “Por tabela”, brinca. “O professor Pedro Calmon, então reitor da Universidade do Brasil, sabia que eu gostava dessas coisas”. A residência dela é uma prova incontestável. “Moro num apartamento muito grande. Tenho mais de dez mil pins, escudos e medalhas

ACERVO PESSOAL



pendurados nas paredes”.

A professora se apressa em dizer que divulga a medalha sem a intenção de mudar a Minerva atual. “Mas acho importante que ela faça parte da história da universidade. A bandeira da universidade também tinha essa Minerva olhando de frente”, informa. “O povo tem uma memória muita fraquinha. Eu, com 96 anos, ainda tenho alguns resquícios de memória”, diz.

A professora emérita não sabia, mas está para completar uma década de existência a Divisão de Memória Institucional da UFRJ, que trabalha justamente para difundir os mais variados acervos documentais que representem a história e a memória da instituição. E que manifestou interesse imediato na medalha, assim que soube da história.

“Linda de morrer. Se ela quiser doar, irá para a coleção Memória UFRJ”, explica

Paula Mello, coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), ao qual está vinculada a Divisão de Memória. Curiosamente, a coleção fica localizada na Biblioteca Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha.

Paula começou este trabalho de “formiguinha”. “Eu via coisas importantes sendo dispersas. Comecei a pegar e levar para a biblioteca”, diz. A coordenadora do SiBI não podia ver o material comemorativo de alguma unidade ou centro que já pedia um exemplar. “Era cartaz, livro, documento de uma pró-reitoria com o catálogo de cursos. Tudo isso tem utilidade”. Depois, as próprias unidades começaram a mandar as peças para o SiBI. “Quando houve uma oportunidade, criei a Divisão de Memória Institucional, em 2011”.

“A divisão cresceu e se consolidou. É

um trabalho do qual me orgulho muito. A universidade sabe que tem um lugar com pessoas que se preocupam com a preservação e divulgação da história da UFRJ. Isso me deixa muito feliz”.

FACILIDADE PARA PESQUISADORES

Antes de se tornar professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Antonio José Barbosa trabalhou no SiBI como técnico e conhece bem a origem da Divisão de Memória Institucional. “Os três primeiros seminários de que participei possibilitaram que as pessoas se conhecessem. Ali havia a interdisciplinaridade tendo a história e memória como lugar comum”, afirma. “As pessoas da universidade passaram a ver no SiBI e, depois, na Divisão de Memória Institucional um lugar de convergência para diversos estudos e projetos”, completa.

Hoje diretor eleito da FACC, Antonio José disse que sua preparação para a seleção do doutorado e para o concurso docente estava totalmente ligada ao trabalho que desenvolvia no SiBI. O título da tese defendida na UniRio, em 2011, não deixa dúvida: “A casa de Minerva: entre a ilha e o palácio - Os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional”.

“Na minha época, procurava muitas coisas soltas numa sucessão de achar ou não achar. De dar sorte ou não. Hoje em dia, com a estruturação da Divisão de Memória Institucional, qualquer pessoa da universidade ou de fora dela tem pelo menos uma referência de por onde começar suas pesquisas”, elogia.

DIVISÃO DE MEMÓRIA COMEMORA 10 ANOS EM SETEMBRO

Ainda sem a possibilidade de uma festa presencial, a Divisão de Memória Institucional (DMI) vai comemorar os 10 anos de sua institucionalização com um seminário virtual. O evento está marcado para os dias 15 e 16 de setembro e será transmitido pelo canal do Fórum de Ciência e Cultura no Youtube. Será a oportunidade para refletir sobre esta década de trabalho voltada para a UFRJ.

Uma dedicação que se expressa em múltiplas atividades, como a identificação de todos os acervos e núcleos de memória que existem na gigantesca e fragmentada UFRJ. A diretora da Divisão, Andrea Queiroz, fala sobre a importância da tarefa por experiência própria.

A historiadora pesquisava imprensa alternativa para o seu doutorado. “E eu não precisava, como fazia, ir à Bibliote-

ca Nacional para ver, por exemplo, a coleção do Pasquim, que está quase completa no IFCS”. Andrea faz questão de destacar que não existe nenhuma intenção de centralizar acervos na Divisão. “As unidades têm autonomia. E certas coleções precisam ser preservadas nelas. O importante é fazer uma interlocução entre estes diferentes espaços, fortalecer os sistemas integrados”.

Se alguma unidade pretende criar um espaço de memória, a Divisão também pode auxiliar na empreitada, como fez recentemente na Escola de Enfermagem Anna Nery. “Não precisa contratar ninguém de fora”, explica Andrea. A expertise da UFRJ já ultrapassou seus muros. “Quando a Fiocruz começou a pensar a preservação da memória institucional, eles nos procuraram”.

A divisão também investe na

formação em pesquisa dos estudantes que participam dos seus projetos. Todo ano, os trabalhos deles são premiados na Semana de Integração Acadêmica da UFRJ como melhores ou recebem menção honrosa. “A minha primeira bolsista está terminando o doutorado agora”, orgulha-se Andrea.



DEPOIMENTOS DOS EX-REITORES

A história oral da universidade, a partir dos depoimentos dos ex-rei-

tores, é um dos projetos da Divisão. Alguns mais idosos não puderam conceder a entrevista, como Clementino Fraga Filho — que faleceu em 2016, aos 98 anos. O interventor do MEC na UFRJ José Henrique Vilhena (gestão 1998-2002) recusou o convite. E um dos registros mais aguardados não foi adiante por uma fatalidade. “A gente queria homenagear o professor Aloisio Teixeira (2003-2011). Mas, na semana em que a gente marcou a entrevista, ele faleceu (em 23 de julho de 2012)”, lamenta Andrea. Está disponibilizada na Divisão uma entrevista concedida por Aloisio a um ex-aluno da Escola de Comunicação. Já o depoimento do professor Carlos Lessa, reitor entre 2002 e 2003, é um dos mais procurados. “Fomos muito solicitados, após a morte do Lessa (em 2020), por pesquisadores de dentro e fora da instituição”, completa. Os

interessados podem pedir acesso à transcrição da entrevista. Os áudios são preservados.

E, em breve, o início da história da AdUFRJ vai constar dos registros da Divisão. A iniciativa de colher depoimentos dos professores será continuada com aqueles que contribuíram para o movimento de resistência à ditadura na instituição. O primeiro entrevistado será o professor Luiz Pinguelli Rosa, primeiro presidente da então associação.

Outro serviço muito utilizado, especialmente durante a pandemia, é a Biblioteca Digital de Obras Raras. “É a nossa menina dos olhos”. Andrea cobra mais investimentos do governo federal em pessoas e equipamentos para a preservação deste e outros espaços. “O meu concurso, em 2008, foi o último para cargo de historiador na UFRJ. E, antes, praticamente não existiu”.